

# O NOME QUE FALTA AO MAIOR PARTIDO DO BRASIL.

## O que a direita americana entendeu no fim dos anos 1970 — e o que o PL ainda não decidiu.

No fim dos anos 1970, mulheres cristãs americanas decidiram responder à *National Organization for Women*, a principal organização feminista do Partido Democrata. Poderiam ter fundado um espelho conservador do feminismo. Escolheram outro caminho: a *Concerned Women for America* nasceu liderada por mulheres, mas com a família como bandeira. Enquanto a *NOW* encolhia junto com a categoria que representava, a *CWA* se tornou a maior organização feminina da direita americana. Décadas depois, o *Fidesz* de Viktor Orbán chegou à mesma fórmula: mulheres nos principais cargos do partido e do governo húngaro, sob o lema "família e juventude". Nos dois casos, a mulher ganhou espaço quando deixou de disputar terreno demarcado pelo adversário.

Esse é o dilema que o PL carrega no nome da sua estrutura de base. A esquerda opera segmentando o eleitorado em identidades — e há trinta anos define a gramática de cada uma delas. "Mulher", como categoria política, pertence a esse vocabulário. Qualquer pauta erguida sob essa bandeira será lida a partir do enquadramento feminista, inclusive pelas eleitoras conservadoras que não se reconhecem nele. O conservadorismo, quando acerta, organiza-se pelo caminho inverso: em torno de instituições, e nenhuma precede a família — a única anterior ao Estado, e que segue de pé quando ele falha. Identidades fragmentam o eleitorado em públicos que competem entre si por atenção e recursos; uma instituição agrega papéis que se complementam dentro da mesma casa. Quando o interlocutor deixa de ser a mulher como categoria e passa a ser a mãe, ou a avó, o assunto vira o filho, a escola, o preço da feira, a rua onde a família vive.

É nessa conversa que se decide a política brasileira. O debate da escala 6x1 mostrou como a esquerda vence discussões econômicas ao colá-las a uma causa de família: o pai que janta em casa, a mãe que acompanha a lição. O custo de vida obedece à mesma lógica, porque o orçamento que aperta no Brasil é o da família, e quem o administra é a mãe. A feira de quinhentos reais por semana e o boleto escolhido no fim do mês não cabem na planilha do indivíduo: são contas de uma casa. Uma sigla de nicho não tem como falar dessas contas. Uma sigla de família fala delas todos os dias — e transforma cada boleto em pauta de campanha. A segurança pública nasce do mesmo endereço. As facções recrutam onde a estrutura familiar ruiu antes, e nenhuma política contra o crime organizado alcança a raiz enquanto tratar o adolescente cooptado como caso de polícia e não como o filho que faltou a alguém.

A objeção previsível é a de que a mudança apagaria a mulher. A experiência mostra o contrário. Nenhuma estrutura se fecha e nenhum trabalho se perde: as mesmas lideranças passam a presidir um projeto que dialoga com o núcleo familiar inteiro, e a transição revela o que é — uma ampliação de comando. Quem hoje comanda um recorte, amanhã comanda a política do partido para a instituição que decide eleições.

O movimento consolidado por Jair Bolsonaro em 2018 nasceu com a família no centro do discurso, e o capital político que o PL administra é, ele próprio, um legado familiar. A previdência que o país terá de rediscutir não quebra por matemática: quebra porque se formam menos famílias — e o partido que falar disso com vocabulário e estrutura próprios chegará primeiro a um debate que já é inevitável. Esse espaço está vazio desde a redemocratização. A discussão sobre o nome é só a porta de entrada dele.

- **Família como eixo:** Experiências conservadoras nos Estados Unidos e na Hungria colocaram a família, e não a identidade feminina isolada, no centro da mobilização política.
- **Limites da segmentação:** A organização do eleitorado por identidades reproduz a linguagem da esquerda, enquanto a família reúne diferentes papéis, gerações e preocupações cotidianas.
- **Ampliação partidária:** A substituição de uma estrutura feminina por uma estrutura familiar ampliaria o campo de atuação das lideranças e permitiria ao PL incorporar custo de vida, trabalho, educação, previdência e segurança pública.

